RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ENTIDADE: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOCOCA

1. Da Instituição:

O ano de 2020 passará para a história como um marco da vulnerabilidade humana. Apesar de todo o avanço tecnológico, constatou-se que um inimigo invisível colocou o mundo de joelhos.

O setor de saúde foi o centro das atenções. Desde o reconhecimento pela OMS (Organização Mundial de Saúde), em março de 2020, que havia uma pandemia em curso, a maioria dos governos lançou mãos de medidas para controlar e combater o coronavírus.

Nessa empreitada, o governo brasileiro patinou, com versões fantasiosas e negacionistas, na contramão da ciência e do bom senso, retardando uma política de planejamento de combate, ficando condenado a financiar os efeitos da nefasta enfermidade, distribuindo recursos para socorrer os hospitais públicos, filantrópicos e outros entes públicos.

Diante do quadro de urgência que se apresentava, a Santa Casa de Mococa liderou uma campanha junto a população em geral e empresários em particular, que arrecadou recursos suficientes para criar 10 leitos de UTI, exclusivamente para tratar de pacientes acometidos de COVID, a partir da adaptação de suas instalações. O governo estadual participou com o empréstimo (comodato) de 10 respiradores. O governo municipal não destinou recursos para prover a referida UTI. A inauguração aconteceu em julho 2020, mas antes disso a Instituição já tratava de pacientes na UTI geral.

Foram firmados 5 convênios com a Prefeitura para o repasse dos recursos da União para combater a pandemia em Mococa e municípios da região através de internações. Convênios 002, 003, 004, 005, 006 e 007, num total de R$ 4.912.285,87. Os recursos serviram para custear o pagamento de serviços médicos (plantonistas), fisioterapia, hemodiálise, fonoaudiologia, além da aquisição de medicamentos e insumos. Desse total foram utilizados (executados) R$ 2.494.675,34. É digno de nota o aumento abusivo dos preços dos medicamentos, insumos e principalmente EPI(s), registrados a partir de março 2020, que só a lei da oferta e procura não explicam.

O efeito direto do tratamento de pacientes com Covid, entre outras coisas, foi a suspensão das cirurgias eletivas, que gerou um aumento da oferta de leitos e mais segurança aos usuários. As medidas restritivas estiveram embasadas em orientação da CCIH (Comissão de Controle de Infecção Hospitalar). Em contrapartida, o hospital teve queda nas receitas por não realizar as cirurgias eletivas nos pacientes vinculados aos planos de saúde e particulares.

Em 2020, consolidou-se a venda do plano de saúde à Unimed, decisão emanada do Conselho de Administração em 2019. A entrada dos recursos referente a parte do pagamento ajudou a mitigar as dificuldades financeiras da Instituição.

O financiamento SUS foi menor que 2019. EM 2020 recebemos R$ 9.241.726,68, valor insuficiente até para honrar a Folha de Pagamento, o que demonstra a insensibilidade do governo e obriga os dirigentes da Santa Casa a recorrer de empréstimos bancários e apelar para generosidade da comunidade, promovendo campanhas arrecadatórias.

A instituição vem honrando, às duras penas, os pagamentos dos empréstimos com o Sicredi e Sicoob. A dívida em 31.12.2020 somava R$ 6.968.892,00. Os pagamentos mensais referentes aos empréstimos giram em torno de R$ 140.000,00.

Mococa, 17 de março de 2021.

PEDRO PAULO BARRETO FURTADO

CPF 568.198.467-20 RG 04.270.256-3 - SSP/RJ

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2020	2019
Ativo			
Ativo circulante		**8.267.809**	**7.791.600**
Disponível	5	5.292.960	2.557.765
Realizável		**2.974.849**	**5.233.835**
Aplicações financeiras		**4.572**	**1.991.261**
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		-	1.990.678
Aplicações livres		4.572	583
Créditos de Operações com Planos de Assist. à Saúde		-	**41.966**
Contraprestações pecuniárias a Receber		-	41.966
Créditos Oper. de Assist. à Saúde não relac.com planos de saúde	6	1.449.878	2.773.828
Créditos Tributários e Previdenciários		69.583	-
Bens e Títulos a Receber	7	1.450.816	426.780
Ativo não circulante		**9.611.347**	**8.540.622**
Realizável a longo prazo		**26.733**	**66.623**
Títulos e Créditos a Receber	6	15.265	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	12	11.468	66.623
Investimentos		**105.014**	**21.178**
Outros Investimentos		105.014	21.178
Imobilizado	8	**9.441.347**	**8.369.957**
Imóveis de uso próprio		**6.775.231**	**7.057.153**
Hospitalares		6.775.231	7.057.153
Imobilizado de uso próprio		**2.666.116**	**1.312.804**
Hospitalares		2.013.056	599.251
Não Hospitalares		653.060	713.553
Intangível		38.253	82.864
Total do ativo		**17.879.156**	**16.332.222**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Passivo circulante		**4.565.323**	**6.723.587**
Provisões técnicas de Operações de Assistência à Saúde		-	**2.252.263**
Provisão de Contraprestações Não Ganhas - PPCNG		-	376.135
Provisão de Eventos a liquidar para o SUS		-	114.972
Provisão de Eventos a liquidar para outros prestadores		-	1.071.722
Provisão de Eventos ocorridos e não avisados		-	689.434
Débitos Operações de Assist. à Saúde não relac.com planos		603.032	481.537
Tributos e Encargos a recolher	9	262.108	285.493
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	10	1.283.178	1.137.143
Débitos diversos	11	2.417.005	2.567.151
Passivo não circulante		**8.527.838**	**7.136.610**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		-	**11.606**
Provisão de eventos liquidar SUS		-	11.606
Provisões		**348.456**	**166.817**
Provisões para Ações Judiciais	12	348.456	166.817
Tributos e Encargos a recolher		67.634	135.330
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	10	5.685.714	6.822.857
Débitos diversos	11	2.426.034	-
Patrimônio líquido		**4.785.995**	**2.472.025**
Patrimônio social		2.472.025	2.785.002
Superávit (déficit) do exercício		2.313.970	(312.977)
Total do passivo		**17.879.156**	**16.332.222**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2020	2019
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		**1.053.903**	**8.110.985**
Contraprestações líquidas		1.053.903	8.110.985
Eventos indenizáveis líquidos		**(269.289)**	**(6.968.346)**
Eventos conhecidos ou avisados		(958.723)	(7.044.542)
Variação das provisões de eventos ocorridos e não avisados		689.434	76.196
Resultado de operações com planos de assistência de saúde		**784.614**	**1.142.639**
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		**1.881**	**20.606**
Receitas de assist. à saúde não relacionadas com planos de saúde		**30.538.795**	**23.379.028**
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		9.848.403	9.111.186
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar - SUS		9.241.727	9.351.333
Outras Receitas operacionais	15	11.448.665	4.916.509
Outros Despesas operacionais com plano de assistência à saúde		**(57.716)**	**(473.424)**
Outras Despesas de operações de planos de assistência à saúde		(57.716)	(473.424)
Outras Despesas operacionais de assist. à saúde não relac. com planos		(8.147.991)	(5.888.738)
Resultado bruto		**23.119.583**	**18.180.111**
Despesas administrativas	16	(20.515.489)	(19.205.645)
Resultado financeiro líquido	17	**(423.224)**	**(471.796)**
Receitas financeiros		325.810	539.155
Despesas financeiras		(749.034)	(1.010.951)
Resultado patrimonial		**133.100**	**96.439**
Receitas patrimoniais		133.100	103.111
Despesas patrimoniais		-	(6.672)
Superávit (déficit) antes dos impostos e participações		**2.313.970**	**(1.400.891)**
Superávit (déficit) do exercício		**2.313.970**	**(1.400.891)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) dos exercícios	2.313.970	(1.400.891)
Ajuste por:		
Depreciações e amortizações	890.250	590.968
Residual de baixas	-	113.147
Provisão para perdas sobre créditos	774.260	(11.446)
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(2.263.869)	507.269
Provisão para ações judiciais	181.639	65.950
Variações nos ativos e passivos		
Aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas	1.990.678	(88.801)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	41.966	17.601
Créditos de operações de assist. à saúde não relac.com planos de saúde	534.425	(70.351)
Créditos Tributários e Previdenciários	(69.583)	-
Bens e títulos a receber	(1.024.036)	114.246
Depósitos judiciais e fiscais	55.155	-
Débitos de operações de assistência à saúde	121.495	39.231
Tributos e encargos sociais a recolher	(91.081)	(46.025)
Débitos diversos	2.275.888	679.710
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**5.731.157**	**510.608**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de investimento	(83.836)	(11.749)
Aquisições do imobilizado	(1.917.029)	(390.149)
Aquisições do intangível	-	(63.751)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(2.000.865)**	**(465.649)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Variação dos empréstimos e financiamentos	(991.108)	1.716.832
Caixa líquido aplicado (gerado) pelas atividades de financiamentos	**(991.108)**	**1.716.832**
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**2.739.184**	**1.761.791**
Caixa e equivalentes de caixa (livres) no fim do exercício	5.297.532	2.558.348
Caixa e equivalentes de caixa (livres) no início do exercício	2.558.348	796.557
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**2.739.184**	**1.761.791**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em de reais

	Patrimônio social	Superávit (déficit) dos exercícios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**3.250.194**	**(465.192)**	**2.785.002**
Transferência de déficit	(465.192)	465.192	-
Ajustes de imobilizado e intangível	-	1.087.914	1.087.914
Déficit do exercício	-	(1.400.891)	(1.400.891)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.785.002**	**(312.977)**	**2.472.025**
Transferência de déficit	(312.977)	312.977	-
Superávit do exercício	-	2.313.970	2.313.970
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.472.025**	**2.313.970**	**4.785.995**

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, portanto, não está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Em reais

2. Contexto operacional.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa, entidade civil de direito privado, filantrópica, de fins não lucrativos, fundada em 8 de dezembro de 1907, com sede e foro no município de Mococa, Estado de São Paulo.

É reconhecida como entidade beneficente de assistência social pelo Órgão Federal Competente. Com mais de um século de existência, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa vem se destacando na atenção à saúde da população local e regional, não apenas por ser o único Hospital e Maternidade da cidade, mas pela qualidade e eficiência dos serviços prestados, o que faz dela, referência na região.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa ocupa um grande quarteirão numa área total de 23.659 metros quadrados, sendo 10.491,67 metros quadrados de área construída. Possui 145 leitos, prestando atendimento em todas as especialidades médicas. Atende pacientes de Mococa e outros municípios, predominantemente através do SUS.

UTI adulto, de 10 leitos, é referência regional, assim como as cirurgias ortopédicas de média complexidade. O Hospital possui um moderno e bem equipado Centro Cirúrgico, onde são realizadas, em média, 330 cirurgias/mês.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

3.1 Declaração de conformidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e, em especial, a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela ANS. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através de Resolução Normativa, sendo a última RN nº 435 de 23 de novembro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 19 de fevereiro de 2021. A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Nos exercícios de 2020 e de 2019, a Entidade não realizou operações para apresentação da demonstração do resultado abrangente. Dessa forma, não está apresentando a demonstração do resultado abrangente para os exercícios de 2020 e de 2019.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Entidade.

Continua na página B2

3.4 Uso de estimativas e julgamentos.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Entidade e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em 31 de dezembro de 2020 são:

(i) Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações não relacionados com planos de assistência à saúde – nota 6;

(ii) Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de bens e títulos a receber – nota 7;

(iii) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado – nota 8;

(iv) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível;

(v) Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos – nota 12.

4 Resumo das principais práticas contábeis.

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Instrumentos financeiros.

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Entidade e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Entidades, portanto, são ativos financeiros básicos da Entidade: i) Disponível; ii) Aplicações financeiras; iii) Créditos de operação com planos de assistência à saúde não relacionados com o plano de saúde; e iv) Bens e títulos a receber.

Os passivos financeiros básicos da Entidade são: i) Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com o plano de saúde; ii) Empréstimos e financiamentos a pagar; e iii) Débitos diversos.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa – disponível e aplicações financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

4.3 Créditos de operações de assistência à saúde.

Os créditos de operações de assistência à saúde, são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Os saldos são substancialmente relativos a serviços prestados para convênios e para o SUS.

4.4 Estoque.

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado". O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Entidade e serviços próprios.

4.5 Investimentos.

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista que são avaliados pelo valor justo das cotas.

4.6 Imobilizado.

Compreendido, predominantemente, pela infraestrutura de Edificações administrativas. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

Descrição	Taxa de depreciação
Edificações	4%
Máquinas e equipamentos	20%
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

4.7 Ativo intangível.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicáveis.

4.8 Impairment de ativos não financeiros.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrado a perda por impairment entre essa diferença.

4.9 Empréstimos e financiamentos.

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

4.10 Fornecedores e prestadores de serviço.

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

4.11 Subvenções governamentais.

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais:

4.12 Subvenção para custeio.

Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.

4.13 Subvenção para investimento.

Refere-se à subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Entidade. Essa subvenção para investimento é reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

4.14 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes).

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (impairment) quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(i) Ativos contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

(ii) Passivos contingentes: São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

(iii) Obrigações legais: São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

4.15 Receitas e despesas financeiras.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, despesas bancárias e juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

4.16 Demonstração do fluxo de caixa.

A demonstração do fluxo de caixa está apresentada pelo método indireto.

5 Disponível.

Descrição	2020	2019
Caixa		
Caixa tesouraria	47.812	61.451
	47.812	**61.451**
Bancos conta movimento		
Livre movimentação	34.753	89.915
Livre movimentação- plano de saúde	-	19.316
Vinculados com subvenções e convênios **(i)**	28.015	1.880
	62.768	**111.111**
Aplicações financeiras de liquidez imediata		
Livre movimentação	2.788.214	1.618.834
Livre movimentação- plano de saúde	-	741.625
Vinculados com subvenções e convênios **(i)**	2.394.166	24.744
	5.182.380	**2.385.203**
	5.292.960	**2.557.765**

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Entidade.

Apesar da disponibilidade dos recursos, eles possuem restrição de uso e só podem ser realizados exclusivamente para as finalidades definidas nas contratualizações vigentes e estão sujeitos a prestação de contas.

6. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora.

(i) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras operadoras e da Prefeitura Municipal de Mococa, substancialmente.

(ii) Referente ao saldo a receber das contratualizações vigentes com o SUS para custeio.

(iii) A provisão para perda sobre crédito é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A Administração da Entidade **não tem a expectativa de** outras perdas significativas.

Descrição	2020	2019
Circulante		
Contas a receber de convênios **(i)**	794.420	1.940.389
Contas a receber do SUS **(ii)**	639.737	833.439
Cartão de crédito / débito	26.771	-
(-) Provisão para perda sobre crédito **(iii)**	(11.050)	-
	1.449.878	**2.773.828**
Não circulante		
Contas a receber de convênios **(i)**	1.538.230	775.020
Acordos a receber	15.265	-
Cheques a receber	9.994	9.994
(-) Provisão para perda sobre crédito **(iii)**	(1.548.224)	(785.014)
	15.265	-
	1.465.143	**2.773.828**

7. Bens e títulos a receber.

Descrição	2020	2019
Estoques **(i)**	801.894	421.900
Arrendamento da carteira de beneficiários do plano de saúde **(ii)**	600.000	-
Títulos diversos a receber	337.302	-
Notas promissórias	75.591	4.122
Adiantamento a fornecedores	52	-
Cheques a receber	1.444	1.444
(-) Provisão para perda sobre crédito	(365.467)	(686)
	1.450.816	**426.780**

Refere-se substancialmente a medicamentos, materiais de limpeza e escritório. Não há perdas estimadas. O montante refere-se ao saldo residual a receber da Unimed Mococa – Cooperativa de Trabalho Médico pela venda da carteira de beneficiários. O valor total da venda foi de R$ 1.200.000 liquidados da seguinte forma: (A) R$ 200.000 no ato do contrato, (B) R$ 400.000 na data da autorização da cessão da ANS, e (C) R$ 600.000 a serem pagos no prazo de 12 meses contados a partir da data da autorização da ANS. A aprovação da ANS ocorreu em janeiro de 2020.

8. Imobilizado.

a) Composição do saldo:

- Em 2020

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2020
Custo corrigido					
Terrenos	2.502.200	-	-	-	2.502.200
Edificações	6.505.894	-	-	-	6.505.894
Móveis e utensílios	1.777.956	118.612	-	(290.987)	1.605.581
Máquinas e equipamentos	2.819.138	1.770.215	-	175.773	4.765.126
Computadores e periféricos	317.379	28.202	(1.831)	115.214	458.964
	13.922.567	**1.917.029**	**(1.831)**	-	**15.837.765**
Depreciação acumulada					
Edificações	(1.950.942)	(281.921)	-	-	(2.232.863)
Móveis e utensílios	(1.427.501)	(71.299)	-	170.399	(1.328.401)
Máquinas e equipamentos	(1.879.592)	(463.372)	-	(145.520)	(2.488.484)
Computadores e periféricos	(294.575)	(29.047)	1.831	(24.879)	(346.670)
	(5.552.610)	**(845.639)**	**1.831**	-	**(6.396.418)**
	8.369.957	**1.071.390**	-	-	**9.441.347**

b) Movimentação dos saldos.

				2020	2019
	Taxa anual de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	2.502.200	-	2.502.200	2.502.200
Edificações	4%	6.505.894	(2.232.863)	4.273.031	4.554.952
Móveis e utensílios	10%	1.605.581	(1.328.401)	277.180	350.455
Máquinas e equipamentos	20%	4.765.126	(2.488.484)	2.276.642	939.546
Computadores e periféricos	20%	458.964	(346.670)	112.294	22.804
		15.837.765	**(6.396.418)**	**9.441.347**	**8.369.957**

A Administração da Entidade revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (impairment).

9. Tributos e encargos sociais a recolher.

	2020	2019
Circulante		
CSLL retido	4.896	7.603
ISS retido	3.525	4.829
INSS retido	60.463	61.535
FGTS	79.133	78.759
COFINS retido	14.688	22.810
PIS retido	3.183	4.942
IRRF	28.523	37.318
FGTS a recolher parcelado **(i)**	67.697	67.697
	262.108	**285.493**
Não circulante		
FGTS a recolher parcelado **(i)**	67.634	135.330
	67.634	**135.330**
Total	**329.742**	**420.823**

(i) A Entidade aderiu ao parcelamento de débitos junto à Caixa Econômica Federal, cujo vencimento final é novembro de 2022.

10. Empréstimos e financiamentos.

			2020			2019		
Modalidade	Encargos Financeiros	Vencimento final	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sicoob Credicom	4,34% a.a.	dez/26	1.144.291	5.000.000	6.144.291	1.000.000	6.000.000	7.000.000
Sicredi - União PR/SP	1,59% a.m. à 4,28% a.a.	dez/26	138.881	685.714	824.595	137.143	822.857	960.000
Conta garantida			6	-	6	-	-	-
			1.283.178	**5.685.714**	**6.968.892**	**1.137.143**	**6.822.857**	**7.960.000**

Os contratos de empréstimos foram negociados com a finalidade de Reestruturação do endividamento, liquidação de passivo bancário oneroso e alongamento de prazo de dívidas com bancos e fornecedores. As garantias são as cessões de direito das contratualizações com o SUS.

11. Débitos diversos.

Descrição	2020	2019
Circulante		
Salários a pagar	442.508	466.213
Provisão de férias e encargos	919.639	1.021.491
Fornecedores **(i)**	530.401	906.926
Outros débitos a pagar **(ii)**	524.457	172.521
	2.417.005	**2.567.151**
Não Circulante		
Subvenções a realizar **(iii)**	2.426.034	-
	2.426.034	-
	4.843.039	**2.567.151**

Continua na página B3

O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar a fornecedores de medicamentos farmacêuticos, que estão disponibilizados na Entidade.

Representativamente composto por acordos judiciais a pagar cuja sentença desfavorável para Entidade foi dada em período subsequente onde foi determinado o pagamento no montante total de R$290.000 com vencimento em 6 parcelas, sendo as duas primeiras no valor de R$ 45.000 e as demais de R$ 40.000.

Composto por subvenções para custeio e para investimento, que são apropriadas como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos e ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, respectivamente.

12. Provisão para ações e depósitos judiciais.

Encontram-se em questionamento ações na área cível. A Administração da Entidade, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas. Os saldos das provisões judiciais estão demonstrados a seguir:

Descrição	2020	2019
Ações cíveis **(i)**	328.456	166.817
Ações trabalhistas	20.000	-
	348.456	**166.817**

Provisão constituída conservadoramente sobre processos de natureza cível, para as quais os assessores jurídicos da Entidade consideram como provável os riscos de perdas nas demandas. Há depósitos judiciais no montante de R$ 11.468 que garantem parte dos valores em discussão.

Durante o curso normal de seus negócios, a Entidade fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

13. Passivos contingentes.

A Entidade discute outras ações cíveis indenizatórias e trabalhistas, nos montantes de R$ 3.168.280 e R$ 215.000, respectivamente, (R$ 304.687 em 2019), cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2020 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possíveis. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

14. Patrimônio líquido.

a) Patrimônio social: Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros, somado ou subtraído pelos superávits ou déficits acumulados, conforme determina a legislação vigente.

Descrição	2020	2019
Receita com subvenções **(i)**	4.565.467	1.094.326
Receita de convênios	300.000	175.000
Doações **(ii)**	2.387.940	944.572
Isenções fiscais	2.483.507	2.405.167
Outras receitas	1.711.751	297.444
	11.448.665	**4.916.509**

Em 2020 a União Federal disponibilizou recursos emergenciais para atendimento dos casos relacionados ao COVID 19 no montante total de R$ 4.912 mil distribuídos em sete contratualizações. Até 31 de dezembro de 2020 aproximadamente R$ 2.600 mil desses recursos já haviam sido gastos e, portanto, foram apropriados como receita com subvenções que compõe significativamente esse saldo.

O saldo está substancialmente representado por doação de medicamentos e de particulares na ordem de R$ 1.340 mil e R$ 840 mil, respectivamente (R$180 mi, e R$ 186 mil em 2019) que a Entidade recebeu no exercício de 2020.

16. Despesas administrativas.

Descrição	2020	2019
Pessoal	(10.613.550)	(10.657.438)
Serviços de terceiros	(300.688)	(326.849)
Localização e funcionamento	(6.477.877)	(5.779.583)
Tributos	(2.462.753)	(2.437.531)
Diversas **(i)**	(660.621)	(4.244)
	(20.515.489)	**(19.205.645)**

Em 2020 as despesas diversas estão substancialmente compostas pelas despesas com contingências judiciais com desfecho desfavorável para a Entidade.

	2020	2019
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	83.666	165.792
Juros por recebimentos em atraso	4.042	22.783
Descontos obtidos	186.788	349.994
Outros	51.314	586
	325.810	**539.155**
Dispêndios financeiros		
Juros e atualização	(631.652)	(814.792)
Outros	(117.382)	(196.159)
	(749.034)	**(1.010.951)**
	(423.224)	**(471.796)**

18. Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas.

a) Assalariados.

				2020	2019
Mês de competência	Base de cálculo	Empregador 20%	Outros 7,80%	Total	Total
Janeiro	720.245	144.049	56.179	200.228	183.120
Fevereiro	638.895	127.779	49.834	177.613	175.900
Março	651.270	130.254	50.799	181.053	173.604
Abril	700.606	140.121	54.647	194.768	189.820
Maio	676.829	135.366	52.793	188.159	181.313
Junho	675.779	135.156	52.711	187.867	180.785
Julho	632.507	126.501	49.336	175.837	185.470
Agosto	638.188	127.638	49.779	177.417	178.850
Setembro	663.438	132.688	51.748	184.436	181.851
Outubro	786.088	157.218	61.315	218.533	187.487
Novembro	694.881	138.976	54.201	193.177	199.079
Dezembro	678.029	135.606	52.886	188.492	190.163
13º salário	629.288	125.858	49.084	174.942	180.578
	8.786.043	**1.757.210**	**685.312**	**2.442.522**	**2.388.020**

19. Remuneração da Administração.

A Entidade não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão do desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os eventuais excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. Sua administração está a cargo de um Conselho, presidido por um Provedor (a), cujos membros, assim como os do Conselho Fiscal, são eleitos por assembleia geral composto pela Irmandade em dia com as contribuições e com no mínimo 6 (seis) meses na condição de Irmão. O mandato do Conselho de Administração é de dois anos. Cabe ao referido Conselho tomar as decisões administrativas a partir de informações emanadas por um Diretor Administrativo, que por sua vez, gerencia o trabalho dos Coordenadores setoriais, como prescreve o organograma da instituição. Os membros dos órgãos acima referidos não perceberão direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie, exceto o Diretor Administrativo, cujo cargo é de nomeação exclusiva do Conselho.

20. Aspectos fiscais.

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.

21. Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS).

Considerando: i) a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; ii) a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; iii) a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e iv) o Parecer Técnico nº 1000/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.198614.2018-81, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

"Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa, CNPJ nº 52.505.153/0001-94, com sede em Mococa (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 23 de novembro de 2018 a 22 de novembro de 2021."

22. Atendimento ao sistema único de saúde – SUS.

Com observância ao disposto pelo Artigo 4º, inciso III, da Lei nº 12.101 de 27/11/2009, o número total de internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados, no exercício de 2020 foi de:

					Internação	Ambulatório			
	SUS		Não SUS		% de	SUS	Não SUS	% de	% SUS
Mês	Qtde.	Paciente-Dia	Qtde.	Paciente-Dia	internação	Qtde.	Qtde.	ambulatório	Mensal
Janeiro	428	1.444	234	449	76,28%	1.189	1.135	51,16%	62,44%
Fevereiro	388	1.466	216	437	77,04%	1.192	1.190	50,04%	62,03%
Março	433	1.702	197	504	77,15%	1.185	849	58,26%	68,09%
Abril	368	1.303	96	258	83,47%	1.112	447	71,33%	77,40%
Maio	302	1.022	89	211	82,89%	1.127	392	74,19%	78,09%
Junho	285	831	104	255	76,52%	1.127	423	72,71%	74,28%
Julho	362	1.191	129	235	83,52%	1.288	468	73,35%	77,91%
Agosto	345	1.377	141	398	77,58%	1.117	563	66,49%	72,19%
Setembro	333	1.334	168	409	76,53%	1.135	513	68,87%	72,81%
Outubro	450	1.889	195	526	78,22%	1.166	633	64,81%	72,50%
Novembro	394	1.552	154	342	81,94%	1.109	599	64,93%	73,88%
Dezembro	512	2.307	166	465	83,23%	1.179	829	58,72%	72,93%
Total	**4.600**	**17.418**	**1.889**	**4.489**	**79,51%**	**13.926**	**8.041**	**63,40%**	**71,44%**

23. Gestão de riscos.

23.1Fatores de risco financeiro

Todos as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Entidade. Apesar de não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos, a Entidade possui práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos de taxas de juros, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros considerados pela Administração são: risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Entidade que é estabelecido para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos oriundos do uso de instrumentos financeiros:

23.1.1 Riscos de crédito.

Os riscos de crédito são medidos pela presença de situações potenciais que possam impactar negativamente no resultado e na situação patrimonial e financeira como consequência da falta de realização dos créditos registrados no ativo, principalmente os recebíveis de convênios.

A Entidade não exige garantias com relação às contas a receber de convênios e outros créditos.

Os valores contábeis financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis está representada a seguir:

Descrição	Nota	2020	2019
Disponível	5	5.292.960	2.557.765
Aplicações financeiras		4.572	1.991.261
Créditos de operações com planos de assist. à saúde		-	41.966
Créditos de op. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde	6	1.449.878	2.773.828
Bens e títulos a receber	7	1.466.081	426.780
		8.213.491	**7.791.600**

Os recursos financeiros estão aplicados em modalidades de baixo risco e em bancos de primeira linha

23.1.2 Risco de liquidez.

O risco de liquidez é medido pela capacidade de cumprir com as obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e principalmente os fluxos de caixa.

As principais obrigações concentram-se, em ordem de relevância, com agentes financeiros, fornecedores e prestadores de serviços médicos.

Face as dificuldades de fluxo de caixa da Entidade o gerenciamento das obrigações envolve a priorização de atividades essenciais ao atendimento à saúde. A Entidade está em processo de adequação de seus fluxos para geração de caixa sem prejuízo da continuidade de suas operações.

Na data base das demonstrações financeiras o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,8 e 0,63, respectivamente, indicando plena capacidade de liquidação das obrigações existentes a curto prazo mas indícios de incerteza sobre a capacidade de liquidação da totalidade das obrigações de curto, médio e longo prazo com recursos próprios.

23.1.3 Risco de mercado.

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como a possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Entidade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço; essas oscilações podem provocar alterações nas receitas e custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo se refere ao custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com a convenção coletiva da categoria.

23.1.4 Risco de taxa de juros.

A Entidade não possui passivos sujeitos as oscilações relevantes de taxas de juros que possam afetar o nível de endividamento e os resultados. As operações bancárias (empréstimos) estão indexadas a taxas fixas que oscilam entre 4,28% e 4,34% a.a.

24. Cessão total da carteira de plano de saúde.

Em 19 de dezembro de 2019 a ANS, através do ofício nº 23/2019, autorizou a transferência voluntária total da carteira de produtos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa.

Em posse da devida autorização pelo órgão regulador, foi firmado contrato de cessão total da carteira de plano de saúde da Entidade, datado de 23 de dezembro de 2019, onde configura como cessionária a Unimed de Mococa Cooperativa de Trabalho Médico, registrada na ANS sob o nº 328308. O cancelamento do registro da Entidade junto à ANS ocorreu em 20/10/2020.

A transferência dos direitos e deveres de ambas as partes, foi agendada para ocorrer no dia 1º de fevereiro de 2020, data qual a Cessionária operadora assume a carteira, sem qualquer interrupção de continuidade nos atendimentos médico-hospitalar dos participantes da carteira alienada.

25. Cobertura de seguro

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOCOCA abaixo assinados, dentro de suas atribuições e reponsabilidades legais, procederam ao exame do relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, referentes ao exercício findo em 31 dezembro de 2020 aprovadas em Reunião da Diretoria e do conselho de Administração, e, com base nos exames efetuados, nos demais esclarecimentos prestados pelos representante da Irmandade, considerando ainda o parecer sem ressalva dos Auditores Independente Inoveaud Auditores Independentes , datado de 19 de fevereiro de 2021, concluíram que os documentos apresentados, e todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e, em condições de serem submetidos à deliberação da Irmandade na Assembleia Geral Ordinária.

Mococa, 17 de março de 2021

Antônio Dos Reis Porto, Benedito Carlos Lopes Burrone,
Pe. Celso Abreu de Jesus e Adilson Aparecido Guisso